



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 14, n. 2, Jul./Dez., 2022

Sítios: <http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 13.07.2021. Revisado por pares em: 07.09.2021. Reformulado em: 01.12.2021. Avaliado pelo sistema double blind review.

DOI: 10.21680/2176-9036.2022v14n2ID25930

Provisão de perdas e gerenciamento de resultados em instituições financeiras: uma análise a partir dos maiores bancos brasileiros

Loan loss provision and earnings management in financial institutions: an analysis of the largest Brazilian banks

Reserva para riesgos crediticios y gestión de resultados en instituciones financieras: un análisis de los mayores bancos brasileños

Autores

Emerson Silva Mazulo

Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília. Oficial do Exército Brasileiro, Diretoria de Gestão Especial. Endereço: Avenida do Exército Setor Militar Urbano, Brasília – DF, 70630-000. Telefone: (61) 33366402. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1493-2178>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1873396049293653>

E-mail: emersonmazulo@yahoo.com.br

Renielly Nascimento Iara

Doutoranda em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília. Professora da Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Gestão e Negócios. Endereço: Avenida Doutor Lamartine Pinto de Avelar Loteamento Vila Chaud, Catalão – GO, 75704-020. Telefone: (64) 34415326. Indicadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8952-0939>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6207328198552426>

E-mail: renyelly@gmail.com

Paulo Augusto Pettenuzzo de Britto

PhD em Economia pela University de Illinois. Professor Associado do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília. Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro, Prédio da FACE, Asa Norte, Brasília – DF, 70910-900. Telefone: (61) 3107-0796. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7462-9096>

Google Citations: <https://scholar.google.com/citations?user=Zr8xzRcAAAAJ>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8801317938905787>

E-mail: paulo.cerme@gmail.com

Resumo

Objetivo: O artigo tem por objetivo analisar a prática de gerenciamento de resultados (GR) nos cinco maiores bancos brasileiros a partir do registro dos valores para provisão de perdas para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) em suas demonstrações patrimoniais.

Metodologia: A metodologia empregada neste estudo reconhece (i) que o GR pode decorrer tanto de registros contábeis discricionários e como de decisões reais das empresas e (ii) que, no caso de instituições financeiras, a apuração e o registro das PCLD não obedecem a uma regra detalhada, mas a princípios gerais. A partir deste reconhecimento, utiliza de uma amostra composta pelos cinco maiores bancos com atuação no mercado brasileiro, no período de 2004-2019, com dados trimestrais, para a estimação de diferentes especificações em painel de forma a testar como o retorno, o tamanho e o uso de derivativos financeiros afetam o GR.

Resultados: Os resultados da pesquisa sugerem, a partir da identificação do modelo de efeitos aleatórios, que o retorno e o uso de derivativos exercem influência inversamente proporcional, e que o tamanho exerce influência proporcional, sobre a PCLD, corroborando a tese do uso da PCLD como instrumento para o gerenciamento de resultados por parte dos maiores bancos brasileiros.

Contribuições do Estudo: A contribuição geral deste estudo para com a literatura está na discussão sobre o das PCLD como medida de gerenciamento de resultados por decisões reais e de registros discricionários nas demonstrações patrimoniais discricionárias; o estudo também contribui para um melhor entendimento acerca das decisões de gerenciamento de resultados em instituições financeiras brasileiras de grande porte.

Palavras-chave: Gerenciamento de Resultados; Provisão de Perdas; Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa; Instituições Financeiras.

Abstract

Purpose: This study aims to analyze the practice of earnings management (EM) by the five largest banks in the Brazilian financial market through the manipulation of the loan loss provision (LLP).

Methodology: The methodology used in this study recognizes (i) that the EM can result from both discretionary accounting records and actual decisions of companies and (ii) that, in the case of financial institutions, the calculation and registration of LLP do not comply with a detailed rule, but on general principles. Based on this recognition, it uses a sample composed of the five largest banks operating in the Brazilian market, in the period 2004-2019, with quarterly data, to estimate different panel specifications in order to test such as return, size and the use of financial derivatives affect the EM.

Results: The research results suggest, from the identification of the random effects model, that the return and the use of derivatives have an inversely proportional influence, and that size has a proportional influence, on LLP, corroborating the thesis of the use of LLP as an instrument for earnings management by the largest Brazilian banks.

Emerson Silva Mazulo, Renielly Nascimento Iara e Paulo Augusto Pettenuzzo de Britto

Contributions of the Study: The general contribution of this study to the literature is in the discussion of LLP as a measure of earnings management by actual decisions and discretionary records in discretionary financial statements; the study also contributes to a better understanding of EM decisions in large Brazilian financial institutions.

Keywords: Earning Management; Loan Loss Provision; Allowance for Uncollected Loans and Loan Payments in Banks; Financial Institutions.

Resumen

Objetivo: Este estudio tiene como objetivo analizar la práctica de gestión de resultados (GRR) de los cinco mayores bancos del mercado financiero brasileño a través de la manipulación de la reserva para riesgos crediticios (RRC).

Metodología: La metodología utilizada en este estudio reconoce (i) que los GRR pueden resultar tanto de registros contables discrecionales como de decisiones reales de las empresas y (ii) que, en el caso de instituciones financieras, el cálculo y registro de RRC no cumplen con una regla detallada, pero sobre principios generales. Con base en este reconocimiento, utiliza una muestra compuesta por los cinco mayores bancos que operan en el mercado brasileño, en el período 2004-2019, con datos trimestrales, para estimar diferentes especificaciones de panel con el fin de probar como retorno, tamaño y uso de los derivados financieros afectan a los GRR.

Resultados: Los resultados de la investigación sugieren, a partir de la identificación del modelo de efectos aleatorios, que la rentabilidad y el uso de derivados tienen una influencia inversamente proporcional, y que el tamaño tiene una influencia proporcional, en el RRC, corroborando la tesis del uso de RRC como un instrumento para la GRR de los mayores bancos brasileños.

Contribuciones del estudio: La contribución general de este estudio a la literatura está en la discusión de RRC como una medida de la administración de ganancias por decisiones reales y registros discrecionales en estados financieros discrecionales; el estudio también contribuye a una mejor comprensión de las decisiones de GRR en las grandes instituciones financieras brasileñas.

Keywords: Gestión de Resultados; Provisión para Pérdidas; Subsidio por Deudas Incobrables; Institución Financieras.

1 Introdução

Os investidores, aqui entendidos como os detentores de ações, de títulos e credores tais como os bancos, constituem as primeiras fontes de capital para empresas e, como tal, devem ser remunerados pelo uso de seus recursos seja na forma de juros, no caso de dívidas, seja na forma de dividendos e ganhos de capital no caso de ações. A moderna teoria das finanças ensina, neste contexto, que a remuneração do investidor deve ser proporcional ao risco não diversificável do investimento, daí a preocupação dos investidores com o binômio retorno-risco (Markowitz, 1952).

A avaliação das posições patrimonial e financeira de uma empresa a partir da análise de relatórios contábeis constitui, portanto, uma ferramenta importante para as decisões de investidores, daí ser reconhecida como informação relevante (Santos, Lemes & Barboza, 2019).

Desta forma, as empresas se utilizam das demonstrações financeiras para manter seus investidores informados sobre suas condições patrimonial e financeira, permitindo-os certa previsibilidade dos resultados da empresa. A análise das demonstrações contábeis observa vários aspectos, dentre os quais se destaca o lucro líquido como importante indicador para avaliação de empresas (Ohlson, 1995; Dichev, Graham, Harvey & Rajgopal, 2013).

Diante deste aspecto, uma questão central na análise de demonstrações contábeis consiste na extensão com que gestores manipulam os dados empresariais com o objetivo de reportar informações que lhe são benéficas. A busca por formas de contabilização favoráveis nos resultados das empresas pode ser feita a partir da manipulação discricionária de contas específicas (Healy & Wahlen, 1999; Beneish, 2001). Alternativamente, a literatura também reconhece como gerenciamento de resultados as decisões reais específicas, tanto em seu mérito como em seu *timing*, empreendidas, sobretudo como instrumento para se evitar a divulgação de prejuízos e/ou reduzir a volatilidade dos resultados no tempo (Roychowdhury, 2006; Zang, 2012).

No caso de instituições financeiras, a literatura reconhece a prática de gerenciamento de resultados por meio das provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) (Kanagaretnam, Lobo & Mathieu, 2003; Alali & Jaggi, 2010). No Brasil, o valor das PCLD é determinado a partir da Resolução n. 2.682, de 1999, do Banco Central do Brasil. Tal Resolução, contudo, apresenta somente princípios gerais para o cálculo da PCLD a partir da avaliação de risco própria e, portanto, específica, a cada instituição financeira (Parente, 2000). Com efeito, o valor das PCLD não depende somente do modelo de avaliação de risco de cada banco, mas também de decisões operacionais dos bancos ao expandir, ou não, suas concessões de crédito.

Neste sentido, considerando o valor das PCLD como indicador geral de gerenciamento de resultados, este estudo endereça o seguinte problema de pesquisa: **Qual a relação entre o retorno, o tamanho e o uso de derivativos financeiros dos maiores bancos brasileiros e o nível de gerenciamento de resultados por meio das PCLD?** Para responder a esta pergunta, o artigo apresenta os conceitos básicos relacionados à prática de gerenciamento de resultados, de forma geral, uma discussão sobre a determinação da PCLD no caso de instituições financeiras e uma análise econométrica sobre os determinantes das PCLD.

A pesquisa é justificada não só pela necessidade de se conhecer os aspectos teóricos associados às práticas de gerenciamento de resultados, mas também pela necessidade de um avanço no entendimento da formação da PCLD e de seu uso em análises empíricas acerca do gerenciamento de resultados em instituições financeiras.

2 Referencial Teórico

2.1 Gerenciamento de resultados: *value relevance* e *accruals*

A relevância, ou *value relevance*, pode ser caracterizada como a capacidade de uma informação em contribuir para a predição de resultados futuros – e o preço das ações – de uma empresa (Barth, Beaver & Landsman, 2001; CPC-00, 2011).

Estudos sobre *value relevance* das informações contábeis, encontrados na literatura desde a década de 1960, analisam diversas questões associadas ao uso de possíveis conteúdos

Emerson Silva Mazulo, Renielly Nascimento Iara e Paulo Augusto Pettenuzzo de Britto

informacionais de demonstrações contábeis por diferentes tipos de agentes do mercado de capitais (Brown, Lo & Lys, 1999).

Diante da abundância de informações e de indicadores possíveis de se construir a partir das demonstrações contábeis, o lucro se destaca como uma das métricas mais importantes para a avaliação atual e para a formação de expectativas futuras de empresas (Kothari, 2001; Dichev *et al.*, 2013). A análise do lucro observa não somente sua magnitude, mas também seu comportamento no tempo. Conforme Dechow, Ge e Schrand (2010), lucros persistentes tornam mais relevantes as informações contidas nos resultados das empresas na medida em que previsões de lucros futuros estariam de alguma forma associadas e uma menor variabilidade e, portanto, risco.

Neste sentido, Kolozsvari e Macedo (2016) confirmam a associação da qualidade da informação contábil não só à persistência, mas também da suavização dos lucros. A suavização – um histórico de resultados estáveis, sem picos e vales – indicaria continuidade de relações institucionais, ensejando maior confiança por parte dos investidores.

Diante destes aspectos, vários estudos caracterizam o gerenciamento de resultados como uma prática proposital da gestão com o intuito de promover a confiança dos investidores e, por conseguinte, elevar o valor de mercado da empresa (Dechow & Skinner, 2000; Comiskey & Mulford, 2002).

O gerenciamento de resultados em demonstrações contábeis é possível por meio da reavaliação de *accruals*, a diferença entre o resultado reconhecido pela contabilidade e o fluxo de caixa da uma empresa, num dado período. Tal diferença seria derivada de movimentações em contas de resultado que compõem o lucro, mas não as disponibilidades (Aljifri, 2007; Martinez, 2008).

A teoria contábil reconhece que os *accruals* podem ser classificados como não discricionários ou discricionários. Os *accruals* não discricionários consistem em reavaliações objetivas de valores de lançamentos contábeis, sendo a sua variação um lançamento contábil natural, característico. Já os *accruals* discricionários envolvem julgamentos, ainda que disciplinados por métodos e técnicas de contabilidade e que observem aos princípios contábeis geralmente aceitos - ou *Generally Accepted Accounting Principles (GAAP)*. A figura 1 ilustra o processo teórico de reconciliação entre lucro e fluxo de caixa, destacando o papel dos *accruals* no gerenciamento de resultados.

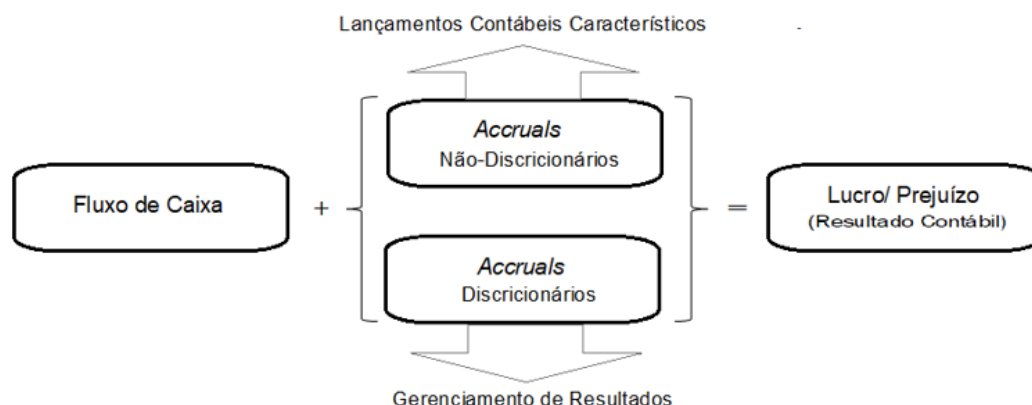


Figura 1 Diagrama ilustrativo do conceito de *accruals* e do gerenciamento de resultados

Fonte: Adaptado de Martinez (2008).

Emerson Silva Mazulo, Renielly Nascimento Iara e Paulo Augusto Pettenuzzo de Britto

Desta forma, conforme destacam Healy e Wahlen (1999), o gerenciamento de resultados ocorre a partir de julgamentos dos gestores acerca de valores registrados nos demonstrativos contábeis. Segundo os autores, a prática do gerenciamento de resultados tem três motivações bem definidas e que envolvem o mercado de capitais, questões contratuais e aspectos regulatórios, todas associadas ao objetivo de evitar a perda de valor da empresa.

Ainda com respeito à definição de gerenciamento de resultados, Beneish (2001) observa ser possível sua implementação por meio de decisões reais da empresa tais como, por exemplo, o atraso ou o adiantamento de despesa discricionária. Desta forma, o autor explicitamente aduz que parte da variação dos *accruals* não discricionários possa ser atribuída a decisões estratégicas fundamentadas no desejo dos gestores em apresentar resultados de maior valor para os investidores. Este aspecto é, em grande parte, negligenciado na literatura empírica de gerenciamento de resultados baseada em modelos preditores dos *accruals* discricionários. Com efeito, os modelos que buscam estimar *accruals* discricionários tendem a potencialmente subestimar a prática de gerenciamento de resultados na medida em que desprezam a possibilidade do gerenciamento por meio de decisões reais.

Acerca das metodologias de análise de práticas de gerenciamento de resultados, as mais comuns são: a análise de *accruals* específicos e os modelos de *accruals* agregados. A primeira é empregada para se avaliar o gerenciamento de resultados a partir de contas específicas. A segunda parte da somatória das contas de acumulação para, depois, decompô-la em suas parcelas discricionária e não discricionária, sendo a discricionária a *proxy* que mede o gerenciamento de resultado.

2.2 Provisões para créditos de liquidação duvidosa e gerenciamento de resultados no setor financeiro

O gerenciamento de resultados pode ter reflexos em diversos setores, incluindo o sistema financeiro, cujos impactos se fazem sentir em toda economia (Cornett, McNutt & Tehranian, 2009). Ao destacar a transparência como base de um sistema financeiro sólido, Goulart (2007) realça a necessidade de informações que evidenciem adequadamente a sua situação patrimonial e financeira, além de aspectos de sua estrutura organizacional, controles internos e gestão de riscos.

O estudo do gerenciamento de resultados em bancos remonta ao trabalho de McNichols e Wilson (1988) que, em uma análise consistente com o GAAP, evidenciam o uso das provisões de perdas para influenciar as expectativas de investidores. Seguindo mesma abordagem, Robb (1998) destaca ser a provisão de perdas relativamente grande, além de altamente discricionária, na comparação com outros itens de declaração de resultado dos bancos. Desta forma, a PCLD constitui importante variável a influenciar as decisões de precificação de instituições financeiras. Healy e Wahlen (1999), por outro lado, destacam o uso das provisões de perdas por bancos como forma de obter indicadores consistentes com requisitos regulatórios do setor.

Laeven e Majnoni (2003), a partir de uma amostra de bancos em 45 países, encontram evidências de reconhecimento discricionário de perdas como forma de favorecer o cumprimento de requerimentos de capital, relacionando o gerenciamento de resultados em bancos ao gerenciamento de riscos. Na mesma linha, Cornett *et al.* (2009) concluem que mecanismos de governança corporativa em bancos americanos têm relação com o desempenho financeiro por meio das provisões para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para liquidação de créditos duvidosos é definida como uma conta credora integrante do grupo Disponibilidades do Ativo Circulante. Consiste de uma conta redutora,

portanto de saldo negativo, direcionada a deduzir dos valores a receber o montante relativo às perdas estimadas.

No Brasil, a PCLD é disciplinada pela Resolução n. 2.682, de 1999, do Banco Central do Brasil, que dispõe que as instituições financeiras devem classificar as operações de crédito por ordem crescente de risco. A classificação de risco de uma operação deve ser feita pela instituição detentora do crédito no momento da contratação e a partir de critérios que contemplam aspectos específicos à operação (tais como a natureza e finalidade) e ao devedor e seus garantidores (tais como a situação econômico-financeira e a capacidade de geração de resultados). Destaque-se, contudo, que a Resolução, em que pese listar alguns aspectos que devem ser considerados quando da classificação da operação no nível de risco correspondente, não determina objetivamente como tais aspectos devem ser avaliados pela instituição detentora do crédito. Desta forma, a classificação de risco é livre de restrições e, portanto, dependente da discricção do próprio agente financeiro.

Niyama (2001) destaca ainda três peculiaridades da PCLD: representa um crédito a receber decorrente usualmente de empréstimo ou financiamento, ou seja, a matéria-prima utilizada por essas entidades é o próprio dinheiro; é objeto de recebimento em diversas parcelas diferentemente de contas a receber de clientes que é objeto de recebimento numa única parcela; e reflete usualmente uma parcela significativa, se comparado com do patrimônio líquido, na medida em que essas entidades trabalham com captação de recursos de terceiros em montante elevado.

Ainda que disciplinada de forma vaga, como destaca Parente (2000), por Resolução, a PCLD pode ser dividida em duas componentes (Bischoff & Lustosa, 2014): uma não discricionária, dada pelo exigido na norma; e outra discricionária, o excesso de provisão em relação ao mínimo obrigatório. Este componente pode ser utilizado pelos bancos com a finalidade de gerenciamento de resultado haja vista sua maior discricionariade sobre as acumulações correntes (Goulart, 2007; Cunha, Bezerra, Gubiani & Rengel, 2009). Vale observar que este entendimento, comum na literatura, avaliar a discricionariade/não discricionariade das PCLD olhando apenas os percentuais mínimos aplicados ao valor das operações para determinação da PCLD, desconsidera o elevado grau de liberdade dos bancos para a classificação de risco de cada operação. Desta forma, a não discricionariade da PCLD destacada por Goulart (2007), Cunha *et al.* (2009) e Bischoff e Lustosa (2014), entre outros, diz respeito tão somente à escolha dos valores, negligenciando o fato de que tais valores são decorrência da livre discricção dos bancos quanto à classificação de risco das operações de crédito.

Ainda no que tange às instituições financeiras, alguns estudos destacam o papel desempenhado pelo uso de instrumentos financeiros derivativos na proteção aos riscos oferecidos pelas oscilações do mercado financeiro e suas implicações sobre o gerenciamento de resultados. Como lembra Barton (2000), operações com derivativos reduzem a variância dos fluxos de caixa por meio de cobertura de riscos de crédito, de juros, cambial, entre outros, dirimindo os incentivos à manipulação de *accruals* com vistas ao gerenciamento de resultados. Na prática, Barton (2000) evidencia que empresas com maiores carteiras de derivativos registram de fato menores níveis de *accruals* discricionários.

Estudos empíricos sobre gerenciamento de resultados em bancos, aplicados à realidade brasileira, evidenciam a preocupação com o tema. Nazaré e Britto (2020) demonstram por meio de uma análise bibliométrica o crescente interesse sobre o tema, em geral, e sobre as provisões de perdas, em particular, através o aumento no número de estudos publicados no período de 1986 a 2018.

A literatura acerca do gerenciamento de resultados em instituições financeiras registra, assim, a prevalência do uso da PCLD, o principal *accrual* específico aos bancos, como variável dependente. Em nível internacional, é possível listar estudos que investigam o uso de PCLD em operações de empréstimo com o objetivo de refletir expectativas de perdas futuras na carteira de empréstimos da instituição financeira, e conseqüentemente, nos seus fluxos de caixa (Ahmed, Takeda & Thomas, 1999), para refletir prejuízos futuros com o objetivo de suavizar os lucros por meio da redução/elevação das provisões em períodos de lucros baixos/altos (Kanagaretnam *et al.*, 2003), além do uso da PCLD resultados de operações com títulos e dividendos para suavizar resultados e manter os padrões de capital legalmente exigidos (Shrieves & Dahl, 2003). Em nível nacional, estudos analisam o uso da PCLD em operações de derivativos e os ajustes a valor presente de títulos e valores mobiliários com o objetivo de gerenciar resultado (Goulart, 2007), em operações de crédito em bancos (Bortoluzzo, Sheng & Gomes, 2016), operações de derivativos e de ajustes a valor presente de ativos mobiliários como meios para o gerenciamento de capital e de resultados (Dantas, Medeiros & Galdi, 2013).

Com respeito às variáveis explicativas do gerenciamento via PCLD, a literatura específica registra outros tantos artigos com metodologias e aplicações concorrentes. São aplicações para diferentes países, incluindo alguns que requerem a observação de padrões internacionais de contabilidade (IFRS), períodos com mudanças regulatórias, tempos de crise, além de amostras distintas para tamanhos dos indivíduos, composição do conselho de administração e níveis de governança. Destacam-se os estudos de Galai, Sulganik e Wiener (2003), Liu e Ryan (2006), El Sood (2012) e Dolar (2016), que não evidenciam o gerenciamento de resultados em momentos de recessão, interno ou externo. Alternativamente, Santos *et al.* (2019), também estudando o mercado nacional, encontra evidências de prática de gerenciamento, na forma de suavização dos resultados, pela maioria dos bancos de sua amostra durante a recessão brasileira de 2015 e 2016.

Outros exemplos são os artigos de Cornett *et al.* (2009) e Dantas, Galdi *et al.* (2013) que verificam a influência do tamanho da instituição; de Jones (1991), que identifica efeitos da discricionariedade da gestão da PCLD em relação a variáveis contábeis de Ativo Total e Receitas Líquidas; de Kang e Sivaramakrishnan (1995), que avalia os efeitos de variáveis como receitas e despesas sobre gerenciamento de resultados; de Robb (1998), que considera os *write-offs*; e de Dantas, Medeiros e Lustosa (2013), que inclui a Taxa SELIC, o Lucro Líquido e o Ativo Total como variáveis explicativas da PCLD.

3 Procedimentos Metodológicos

A amostra utilizada no artigo é composta pelos cinco maiores bancos brasileiros em termos de ativo total, quais sejam: Banco do Brasil, Itaú, Caixa Econômica, Bradesco e Santander, responsáveis por de cerca de 70% do mercado crédito no Brasil. Os dados foram obtidos através de consultas às bases de dados do Banco Central do Brasil, o relatório IF.Data, contemplando informações trimestrais no período 2014 a 2019.

O modelo empírico estimado, apresentado em (1), consiste em uma adaptação do modelo comumente utilizado em estudos de gerenciamento de resultados (Dechow, Sloan & Sweeney, 1995; McNichols, 2000; Kothari, Leone & Wasley, 2005).

$$PCLDOA_{i,t/t-1} = \beta_0 + \beta_1 ROA_{i,t} + \beta_2 TAM_{i,t} + \beta_3 IFOA_{i,t} + v_{it} \quad (1)$$

em que $PCLDOA_{i,t/t-1}$ são as provisões para créditos de liquidação duvidosa totais do banco i no período t , divididas pelo ativo total em $t-1$; $ROA_{i,t}$ é o retorno sobre o ativo são os lucros líquidos, do banco i no período t ; $TAM_{i,t}$ representa o tamanho do banco i no período t medido pelo logaritmo do ativo total em t , em bilhões de Reais, do banco i no período t ; e $IFOA_{i,t}$ são os instrumentos financeiros derivativos do banco i no período t , dividido pelo ativo total em t . O termo v_{it} representa o erro aleatório.

Com respeito à variável dependente, este estudo considera o valor total da PCLD a partir da constatação, conforme discussão anterior, de que a classificação de risco de uma operação feita pela instituição detentora do crédito no Brasil, ainda que empregue os aspectos mínimos sugeridos na Resolução n. 2.682, de 1999, do Banco Central do Brasil, é feita a partir de critérios e análises próprias e, portanto, discricionárias.

Ainda com respeito à variável dependente, a PCLD é normalizada pelo ativo total do período anterior em função de preocupação com possível endogeneidade decorrente da simultaneidade em sua determinação e de outras variáveis obtidas das contas patrimoniais do mesmo ano fiscal (Dechow, Sloan & Sweeney, 1995).

A variável ROA é a variável de interesse desenhada para capturar o uso da PCLD para comunicar determinado desempenho aos investidores, ou seja, o gerenciamento de resultados em sua forma direta (Dechow, Sloan & Sweeney, 1995; McNichols, 2000; Beneish, 2001). As variáveis tamanho e instrumentos financeiros derivativos constituem variáveis de controle comuns em estudos anteriores. Da primeira, espera-se sinal negativo, pois se entende que empresas maiores tendem a exercer menor discricionariedade em seus resultados contábeis devido à presença de mecanismos de governança mais ajustados (Bornemann, Kick, Memmel & Pfingsten, 2012; El Sood, 2012); da segunda, espera-se sinal positivo, pois o uso de derivativos implica em *hedge* de risco e, conseqüentemente, em menor incentivo à manipulação discricionária da PCLD (Barton, 2000; Dantas, Medeiros & Galdi, 2013).

Considerando o exposto, em particular os incentivos associados à divulgação de resultados positivos e pouco voláteis e a evidência das provisões para perdas como os principais *accruals* de instituições financeiras, é formulada a seguinte hipótese de pesquisa:

H1: As maiores instituições financeiras brasileiras utilizam as PCLD como mecanismo para gerenciamento de resultados contábeis.

Complementarmente, também considerando outros aspectos teóricos e empíricos presentes na literatura, são testadas as seguintes hipóteses:

H2: Dentre as maiores instituições financeiras brasileiras verifica-se relação negativa entre tamanho e PCLD;

H3: Dentre as maiores instituições brasileiras verifica-se relação negativa entre de o uso de instrumentos financeiros derivativos e PCLD.

A estrutura dos dados empregados é a de painel, sendo constituída de duas dimensões: uma espacial e outra temporal (Greene, 2017). Neste caso, o termo erro v_{it} para dados em painel pode ser decomposto em dois, um componente idiossincrático (e_{it}) e outro componente não observável, específico para o indivíduo e invariante no tempo (u_i). A estimação da equação (1) por mínimos quadrados ordinários assume $u_i = 0$ e $v_{it} = e_{it}$, podendo resultar em estimativas viesadas se variáveis explicativas relevantes no nível do indivíduo estiverem omitidas no modelo. Esta questão deve ser endereçada por meio de análise de interpretação da base de dados e de testes estatísticos apropriados, os testes de Chow e de Breusch-Pagan (Greene, 2017).

Emerson Silva Mazulo, Renielly Nascimento Iara e Paulo Augusto Pettenuzzo de Britto

Caso seja determinada a relevância do componente u_i , o método adequado de estimação é de efeitos fixos, que explora a relação entre resultado e preditores ao nível do indivíduo, controlado para possível correlação entre o componente u_i do termo erro e as variáveis preditoras; caso contrário, estima-se o modelo de efeitos aleatórios que torna o intercepto uma variável comum entre os indivíduos, tipicamente o valor médio de todos os interceptos (Cameron & Trivedi, 2009). Os resultados dos testes para a seleção da estratégia de identificação, a de efeitos aleatórios, são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1

Escolha da estratégia de identificação do modelo

| | Teste de Chow | Teste de Breusch-Pagan | Teste de Hausman |
|--------------------|---------------------------------------|--|--|
| Resultado do Teste | F (4, 92) = 37,82 p-valor = 0,0000 | $\chi^2(1) = 257,14$ p-valor = 0,0000 | $\chi^2(3) = 0,20$ p-valor = 0,9773 |
| Decisão | Efeitos Fixos | Efeitos Aleatórios | Efeitos Aleatórios |

Fonte: *Dados da pesquisa.*

Além dos testes padrão para a escolha do modelo mais adequado aos dados e dos testes de diagnóstico das regressões, foram realizadas várias análises complementares para verificar a robustez dos resultados. A robustez é importante na medida em que, mesmo no caso de diferenças nas estimativas dos parâmetros, indicam resultados qualitativos similares e conferem generalidade aos achados em suas dimensões espacial e temporal (Kennedy, 2008).

A análise de robustez aqui realizada incluiu a estimação do modelo considerando dados empilhados e efeitos fixos; também envolveu regressões simples por meio de estimativas OLS para a análise da variância da PCLD explicada isoladamente por cada regressor e estimações considerando as variáveis não deflacionadas pelo ativo total.

4 Resultados e Análises

O primeiro olhar sobre os dados foi feito a partir de suas estatísticas descritivas, correlações e análise dos fatores de inflação da variância, apresentados nas Tabelas 2, 3 e 4.

As estatísticas descritivas apresentam os valores médio e mediano das variáveis tais que, quando comparados com o desvio-padrão, indicam variabilidade alta em todas as variáveis. Os coeficientes de assimetria sugerem distribuições simétricas com caudas do lado direito da densidade de probabilidade para todas as variáveis, exceto os instrumentos financeiros, evidenciando concentração de dados amostrais acima da média. Vale, ainda, destaque para o ROA médio positivo e que a PCLDOA foi, em média, superior ao ROA, evidenciando sua importância para o desempenho dos grupos de indivíduos que compõem a amostra.

Tabela 2

Estatísticas descritivas

| | PCLDOA | ROA | TAM | IFOA |
|---------|--------|--------|---------|--------|
| Média | 0,0222 | 0,0039 | 20,7551 | 0,1991 |
| Mediana | 0,0218 | 0,0035 | 20,8067 | 0,2029 |
| Mínimo | 0,0135 | 0,0004 | 20,0473 | 0,0901 |
| Máximo | 0,0332 | 0,0093 | 21,1068 | 0,2989 |

| Emerson Silva Mazulo, Renielly Nascimento Iara e Paulo Augusto Pettenuzzo de Britto | | | | |
|---|--------|--------|---------|---------|
| Desvio-Padrão | 0,0041 | 0,0022 | 0,2496 | 0,0663 |
| Coef. Assimetria | 0,0717 | 0,0491 | -0,6213 | -0,0221 |

Fonte: Dados da pesquisa.

As correlações entre as variáveis preditoras registram valores positivos para todos os pares. Os valores absolutos das correlações afastam a possibilidade de multicolinearidade das variáveis, conclusão corroborada pelos fatores de inflação da variância (FIV) apresentados na Tabela 4.

Tabela 3

Matriz de Correlações

| | ROA | TAM | IFOA |
|------|---------|---------|------|
| ROA | 1 | | |
| TAM | -0,0687 | 1 | |
| IFOA | 0,1934 | -0,6757 | 1 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela 4

Estatística FIV

| | VIF | 1/VIF |
|------|------|--------|
| ROA | 1,04 | 0,9572 |
| TAM | 1,93 | 0,5186 |
| IFOA | 1,98 | 0,5038 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

A estimação do modelo de efeitos aleatórios foi submetida ao teste para verificação de autocorrelação e de heterocedasticidade. O teste de Wooldridge para autocorrelação em dados em painel indicou a não presença de autocorrelação de primeira ordem (p-valor 0,9077). Contudo, ambos os testes LM e Wald detectaram heterocedasticidade em grupo (p-valor 0,0000). Nestas circunstâncias procedeu-se à estimação do modelo por mínimos quadrados generalizados factíveis com variável com corte longitudinal, ou *cross-sectional FGLS*. O método *cross-sectional FGLS* consiste, basicamente, em um estimador para efeitos aleatórios com tratamento para heterocedasticidade, para erros correlacionados ou não, e para correlação entre os indivíduos (Cameron & Trivedi, 2009). Ainda com respeito à estimação por *cross-sectional FGLS*, o teste de Shapiro-Wilk não rejeita a hipótese de normalidade dos resíduos (p-valor 0,0705), resultado corroborado pela observação da kernel estimada.

Com o objetivo de avaliar a robustez dos resultados são apresentadas, na Tabela 5, as estimações do modelo *cross-sectional FGLS* juntamente com os modelos de efeitos aleatórios, selecionado pelo teste de Hausman, de efeitos fixos e com dados empilhados.

Tabela 5
Resultados das estimações do modelo (1)

| Variável dependente: PCLDOA | | | | |
|-----------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|
| Variável Independente | Empilhados | Efeitos Fixos | Efeitos Aleatórios | Cross Sectional FGLS |
| ROA | -0,4221** (0,1667) | -0,2047 (0,1281) | -0,2110* (0,1256) | -0,4221*** (0,1633) |
| TAM | 0,0036* (0,0020) | 0,0102*** (0,0029) | 0,0101*** (0,0028) | 0,0036* (0,0021) |
| IFOA | -0,0151* (0,0077) | 0,0133 (0,0090) | 0,0125 (0,0087) | -0,0151** (0,0075) |
| Constante | 0,0267 | 0,0199 | 0,0201 | 0,0267 |
| Nro. Grupos | - | 5 | 5 | 5 |
| Rho | - | 0,7108 | 0,8632 | - |
| Corr(ui,Xb) | - | -0,1689 | - | - |
| R ² | Within | 0,2590 | 0,1632 | 0,1632 |
| | Between | - | 0,1321 | 0,1397 |
| | Total | - | 0,1378 | 0,1430 |
| χ^2 – Wald | - | - | 18,60*** | 34,95*** |
| F – statistic | 11,18*** | 5,98*** | - | - |

Desvio-padrão entre parênteses. Legenda: * significativa a 10%; ** significativa a 5%; e *** significativa a 1%.

Fonte: *Dados da Pesquisa.*

Com respeito à primeira hipótese, a análise empírica indicou uma relação causal negativa e significativa, evidenciando que os bancos com melhores retornos tendem a registrar valores proporcionalmente menores em suas provisões para créditos de liquidação duvidosa. Tal resultado indica a presença de incentivo ao uso das provisões de perdas no sentido de comunicar retorno melhor aos investidores quando a instituição financeira registra desempenho inferior, uma forma de gerenciamento de resultados alinhado com a noção de se evitar a divulgação de informação danosa à avaliação da empresa (Dechow & Skinner, 2000; Bornemann *et al.* 2012).

Acerca das duas hipóteses complementares, os resultados indicaram relação direta e significativa entre o tamanho do banco e a PCLD, e relação inversa e significativa entre o uso de instrumentos derivativos e a PCLD. No primeiro caso, o resultado é contra intuitivo, pois a literatura destaca a ideia de que instituições maiores estão sujeitas a escrutínios mais rigorosos que, por sua vez, limitariam a prática de gerenciamento de resultados. A evidência aqui

encontrada, contudo, deve ser interpretada com cautela e medida em que a amostra empregada é composta por indivíduos que, ainda que de tamanhos distintos, podem ser todos classificados como de grande porte.

Com respeito à segunda hipótese complementar, o resultado vai ao encontro do esperado, indicando um maior *hedge* financeiro como substituto parcial ao uso de PCLD na comunicação de resultados favoráveis à empresa (Barton, 2000; Goulart, 2007; Dantas, Galdi *et al.*, 2013).

A análise de robustez, conforme mencionado anteriormente, tem por objetivo a confirmação qualitativa dos resultados a partir de diferentes estratégias de estimação. Neste sentido, as estimações do modelo (1) considerando efeitos aleatórios, efeitos fixos e dados empilhados indicam impactos marginais com os mesmos sinais do modelo *cross-sectional* FGLS para retorno e tamanho, e resultado inconclusivo para derivativos. Ainda a título de robustez, regressões simples e com variáveis defasadas apresentaram resultados com sinais semelhantes.

5 Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi o de analisar a prática de gerenciamento de resultados pelos cinco maiores bancos brasileiros a partir dos valores de provisão de perdas para créditos de liquidação duvidosa registrados em suas demonstrações patrimoniais. A análise partiu do reconhecimento de que (i) o GR pode decorrer tanto de registros contábeis discricionários como de decisões reais das empresas e de que (ii) no caso de instituições financeiras a apuração e o registro das PCLD não obedecem a uma regra detalhada, mas a princípios gerais. A partir disto, se utilizou de uma amostra composta pelos cinco maiores bancos com atuação no mercado brasileiro, e de dados trimestrais do período de 2004-2019, para a estimação de diferentes especificações em painel de forma a testar como o retorno, o tamanho e o uso de derivativos financeiros das instituições afetam o GR. O modelo empírico constitui uma adaptação de Dechow, Sloan e Sweeney (1995). A estratégia empírica para dados em painel identificou como mais adequado o modelo de efeitos aleatórios, estimado por meio de mínimos quadrados generalizados factíveis com variável com corte longitudinal, ou *cross-sectional* FGLS. Para a análise de robustez foram estimados modelo de dados agrupados, de efeitos fixos e de efeitos aleatórios, além da estimação de modelos simples e com variáveis defasadas.

Os resultados da análise empírica sugerem que o retorno e o uso de derivativos exercem influência inversamente proporcional, e que o tamanho exerce influência proporcional, sobre a PCLD dos maiores bancos brasileiros. A causalidade negativa, no caso do retorno, corrobora a noção do uso da PCLD como instrumento para o gerenciamento de resultados no sentido de se evitar a divulgação de informação deletéria à avaliação da empresa (Dechow & Skinner, 2000; Bornemann *et al.*, 2012). A causalidade positiva, no caso do tamanho, vai de encontro à ideia de que empresas maiores estariam sujeitas a escrutínios mais rigorosos que, por sua vez, limitariam a prática de gerenciamento de resultados. Por fim, a causalidade negativa associada ao uso de derivativos confirma a tese de sua substitubilidade parcial em relação à PCLD como forma de gerenciamento de resultados (Barton, 2000).

Com respeito às limitações da análise, destaca-se a seleção da amostra constituída pelos maiores bancos brasileiros, o que inviabiliza a generalização dos resultados para instituições de médio e de pequeno porte. Ademais, é possível uma extensão da análise de forma a estimar os efeitos marginais das variáveis selecionadas sobre os *accruals* discricionários de forma a isolar o GR decorrente de decisões operacionais.

Por fim, destaque-se como contribuição deste estudo, em paralelo aos resultados empíricos, a discussão metodológica associada ao uso da PCLD como medida de gerenciamento de resultados por meio de registros discricionários nas demonstrações patrimoniais discricionárias e de decisões reais.

Referências

- Ahmed, S., Takeda, C., & Thomas, S. (1999). Bank loan loss provisions: a reexamination of capital management, earnings management and signaling effects. *Journal of Accounting and Economics*, 28(1), 1-25. doi: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(99\)00017-8](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(99)00017-8).
- Alali, F., & Jaggi, B. (2010). Earnings versus capital ratios management: role of bank types and SFAS 114. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 36 (1), 105-132. doi: <https://doi.org/10.1007/s11156-010-0173-4>.
- Aljifri, K. (2007). Measurement and Motivations of Earnings Management: A Critical Perspective. *Journal of Accounting – Business & Management*, 14, 75-95. Recuperado de: <http://journal.stie-mce.ac.id/index.php/jabminternational/article/view/296>, em 25 de fevereiro de 2021.
- Barth, M. E., Beaver, W. H., & Landsman, W. R. (2001). The relevance of the value relevance literature for financial accounting standard setting: another view. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1-3), 77-104. doi: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00019-2](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00019-2).
- Barton, J. (2000). *Does the Use of Financial Derivatives Affect Earnings Management Decisions?* SSRN Paper n. 206869. doi: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.206869>.
- Beneish, M.D. (2001). Earnings management: a perspective. *Managerial Finance*, 27(12), 3-17. doi: <https://doi.org/10.1108/03074350110767411>.
- Bischoff, L. & Lustosa, P. R. B. (2014). PCLD e Suavização de Resultados em Instituições Financeiras no Brasil. *Anais do XXXVIII EnAnpad*, Encontro Nacional, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro, RJ.
- Bornemann, S., Kick, T., Memmel, C., & Pflingsten, A. (2012). Are banks using hidden reserves to beat earnings benchmarks? Evidence from Germany. *Journal of Banking & Finance*, 36(8), 2403-2415.
- Bortoluzzo, A. B., Sheng, H. H., & Gomes, A. L. P. (2016). Earning management in Brazilian financial institutions. *Revista de Administração*, 51(2), 182-197. doi: <https://doi.org/10.5700/rausp1233>.
- Brown S., Lo, K. & Lys, T. (1999). Use of R-squared in accounting research: measuring changing in value relevance over the last four decades. *Journal of Accounting and Economics*, 28, 83-115. doi: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(99\)00023-3](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(99)00023-3).
- Cameron, A. C., & Trivedi, P. K. (2009). *Microeconometrics Using Stata*. College Station, TX: Stata Press.
- Comiskey, E. E., & Mulford, C. W. (2002). *The financial numbers games: detecting creative accounting practices*. New York: Wiley & Sons, 2002.

Cornett, M. M., McNutt, J. J., & Tehranian, H. (2009). Corporate governance and earnings management at large U.S. bank holding companies. *Journal of Corporate Finance*, 15(4), 412-430. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2009.04.003>.

CPC-00. Pronunciamento Técnico CPC – 00. (2011). *Pronunciamento conceitual básico: estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis*. Comitê de Pronunciamentos Contábeis: Brasília.

Cunha, P. R. da, Bezerra, F. A., Gubiani, C. A., & Rengel, S. (2009). Gerenciamento de Resultados Contábeis em Instituições Financeiras: Uma Análise do Rodízio de Empresas de Auditoria Independente. *Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Custos-ABC*, Associação Brasileira de Custos. Fortaleza, CE.

Dantas, J. A., Galdi, F. C., Capelletto, L. R., & Medeiros, O. R. (2013). Discricionariedade na Mensuração de Derivativos como Mecanismo de Gerenciamento de Resultados em Bancos. *Revista Brasileira de Finanças*, 11(1), 17-48. doi: <https://doi.org/10.12660/rbfin.v11n1.2013.3658>.

Dantas, J. A., Medeiros, O. R., & Galdi, F. C. (2013). Gerenciamento de Resultados em Bancos com Uso de TVM: Validação de Modelo de Dois Estágios. *Revista Contabilidade & Finanças*, 24(61), 37-54. doi: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772013000100005>.

Dantas, J. A., Medeiros, O. R., & Lustosa, P. R. B. (2013). O Papel de variáveis econômicas e atributos da carteira na estimação das provisões discricionárias para perdas em operações de crédito nos bancos brasileiros. *Brazilian Business Review*, 10(4), 69-95. doi: <http://dx.doi.org/10.15728/bbr.2013.10.4.3>.

Dechow, P. M., & Skinner, D. J. (2000). Earnings management: Reconciling the views of accounting academics, practitioners, and regulators. *Accounting Horizons*, 14(2), 235-250. doi: <https://doi.org/10.2139/ssrn.218959>.

Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *The Accounting Review*, 70(2), 193-225.

Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 344-401. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.001>.

Dichev, I. D., Graham J., Harvey, C., & Rajgopal, S. (2013). Earnings Quality: Evidence from the Field. *Journal of Accounting and Economics*, 56(2-3), 1-33. doi: <https://doi.org/10.2139/ssrn.2103384>.

Dolar, B. (2016). Income smoothing practices of US banks around the 2008 financial crisis. *The International Journal of Business and Finance Research*, 10(1), 1-11. Recuperado de: <https://ssrn.com/abstract=2669641>, em 12 de fevereiro de 2021.

El Sood, H. A. (2012). Loan loss provisioning and income smoothing in US banks pre and post the financial crisis. *International Review of Financial Analysis*, 25, 64-72. doi: <https://doi.org/10.1016/j.irfa.2012.06.007>.

Galai, D., Sulganik, E., & Wiener, Z. (2003) *Accounting Values Versus Market Values and Earnings Management in Banks*. SSRN Working Paper 459401. doi: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.459401>.

- Goulart, A. M. C. (2007). *Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2007.
- Greene, W. (2017). *Econometric Analysis*. 8 ed. Upper Saddle River, NJ: Pearson.
- Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, 13, 365-383. doi: <https://doi.org/10.2308/acch.1999.13.4.365>.
- Jones, J. J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of Accounting Research*, 29 (2), 193-228. doi: <http://dx.doi.org/10.2307/2491047>.
- Kanagaretnam, K., Lobo, G. J., & Mathieu, R. (2003). Managerial incentives for income smoothing through bank loan loss provision. *Review of Quantitative Finance and Accounting*. 20(1), 63-80. doi: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.292674>.
- Kang, S. H., & Sivaramakrishnan, K. (1995). Issues in testing earnings management: an instrumental variable approach. *Journal of Accounting Research*, 33(2), 353-367. doi: <https://doi.org/10.2307/2491492>.
- Kennedy, P. (2008). *A Guide to Econometrics*. Malden, MA, EUA: Blackwell Publishing.
- Kolozsvari, A. C., & Macedo, M. A. da S. (2016). Análise da Influência da Presença da Suavização de Resultados sobre a Persistência dos Lucros no Mercado Brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27(72), 306-319. doi: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201602610>.
- Kothari, S. P. (2001). Capital markets research in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1-3), 105-231. doi: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00030-1](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00030-1).
- Laeven, L., & Majnoni, G. (2003). Loan loss provisioning and economic slowdowns: too much, too late? *Journal of Financial Intermediation*, 12(2), 178-197. doi: [https://doi.org/10.1016/S1042-9573\(03\)00016-0](https://doi.org/10.1016/S1042-9573(03)00016-0).
- Liu, C. L., & Ryan, S. G. (2006). Income Smoothing over the Business Cycle: Changes in Banks' Coordinated Management of Provisions for Loan Losses and Loan Charge-Offs from the Pre-1990 Bust to the 1990s Boom. *The Accounting Review*, 81(2), 421-441. doi: <https://doi.org/10.2308/accr.2006.81.2.421>.
- Martinez, A. L. (2008). Detectando earnings management no Brasil: estimando os accruals discricionários. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(46), 7-17. doi: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772008000100002>.
- McNichols, M. F. (2000). Research design issues in earnings management studies. *Journal of Accounting and Public Policy* 19(4), 313-345.
- McNichols, M., & Wilson, G. P. (1988). Evidence of earnings management from the provision for bad debts. *Journal of Accounting Research*, 26(Suppl.), 1-31. doi: <https://doi.org/10.2307/2491176>.
- Nazaré, S. M., & Britto, P. A. P. (2020). Provisões de crédito, gerenciamento de resultados e informação contábil: comportamento das provisões de crédito em bancos brasileiros. *Revista Científica Hermes*, 27, 378 -400. doi: <https://doi.org/10.21710/rch.v27i0.561>.
- Niyama, J. K. (2001). Constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa de bancos e demais instituições financeiras – principais alterações introduzidas pelo Conselho

Emerson Silva Mazulo, Renielly Nascimento Iara e Paulo Augusto Pettenuzzo de Britto

Monetário Nacional e o efeito nas demonstrações contábeis. *ConTexto*, 1(1), 1-14. Recuperado de: <https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/10304/6021>, em 02 de fevereiro de 2021.

Ohlson, J. (1995). Earnings, Book Values, and Dividends in Equity Valuation. *Contemporary Accounting Research*, 11(2), 661-687. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.1995.tb00461.x>.

Parente, G. (2000). As novas normas de classificação de risco de crédito e disclosure das provisões. In *Semana de Contabilidade do Banco Central do Brasil*, 9, São Paulo.

Robb, W. L. (1998). The effect of analysts' forecasts on earnings management in financial institutions. *The Journal of Financial Research*, 21(3), 315-331. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1475-6803.1998.tb00688.x>.

Roychowdhury, S. (2006). Earnings management through real activities manipulation. *Journal of Accounting and Economic*, 42(3), 335-370.

Santos, S. M. dos, Lemes, S., & Barboza, F. L. de M. (2019). O Value Relevance é relevante? *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13, e152518. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.152518>.

Shrieves, R. E., & Dahl, D. (2003). Discretionary accounting and the behavior of Japanese banks under financial duress. *Journal of Banking & Finance*, 27(7), 1219-1243. doi: [https://doi.org/10.1016/S0378-4266\(02\)00252-2](https://doi.org/10.1016/S0378-4266(02)00252-2).

Zang, A. Y. (2012). Evidence on the trade-off between real activities manipulation and accrual-based earnings management. *The Accounting Review* 87(2), 675-703. doi: <https://doi.org/10.2308/accr-10196>.